

Caesb tem plano de proteção para garantir água do lago Descoberto

Construída em 1970, com a finalidade exclusiva de abastecer de água a população do Distrito Federal, a Barragem do Rio Descoberto vem, ao longo desses 19 anos, sendo usada indevidamente e comprometendo de modo significativo a qualidade da água produzida e utilizada pelas comunidades de Taguatinga, Ceilândia, Gama, Guará I e II, Samambaia, Núcleo Bandeirante e parte do Plano Piloto.

A má utilização do uso da área da barragem obrigou a diretoria da Companhia de Água e Esgotos de Brasília a estabelecer diretrizes de proteção, o que será feito através da ordenação, do disciplinamento e da ocupação da bacia. Isso, segundo o diretor de Controle Ambiental da Caesb, Arides Campos, é fundamental como estratégia para se tentar evitar uma excessiva produção de algas, assim como minimizar o carreamento de substâncias tóxicas e permitir uma perfeita utilização do manancial.

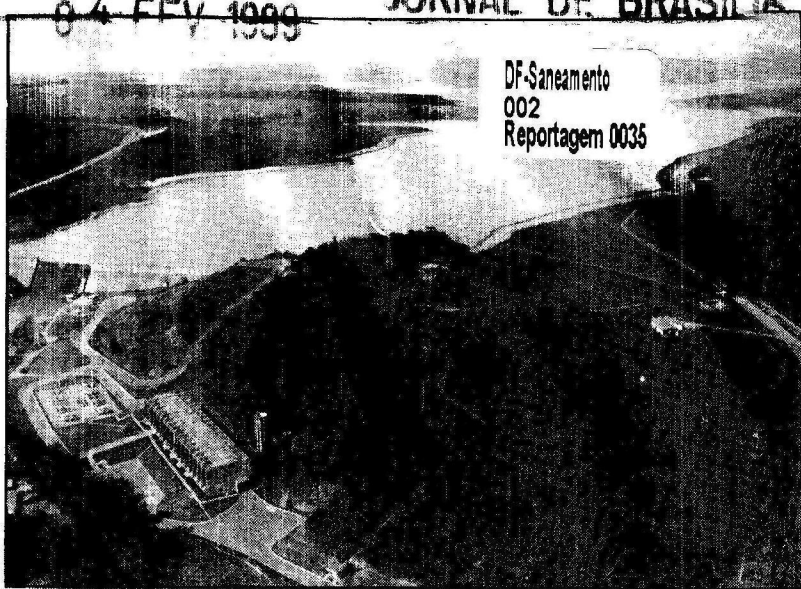
Parte de um sistema integrado com as barragens de Santa Maria e Torto, o Rio Descoberto produz atualmente 2,3 mil litros por segundo, atendendo a uma população estimada em 700 mil habitantes. Esse volume ainda não é satisfatório, sobretudo porque, quando de sua construção, os técnicos acreditavam alcançar uma captação da ordem de 6 mil litros por segundo, capaz de atender a 1,5 milhão de habitantes.

As principais causas da redução do volume de água do Rio Descoberto — assoreamento, agricultura descontrolada, desmatamento e invasões — levaram a barragem a uma crescente perda de capacidade produtiva. Com os focos detectados, a diretoria da Caesb começou a pensar em discipliná-los. Por isso, chegou-se à conclusão de que a forma mais eficaz de controle da situação seria a criação do Plano de Proteção do Lago Descoberto, que, além da Caesb, contará com apoio da Sema, Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, Secretaria de Agricultura, Semago, Emater, Sematec, Associação dos Agrônomos do Distrito Federal, Associação dos Engenheiros Florestais e, principalmente, dos usuários do solo da barragem.

O que é o plano

Idealizado pela diretoria de Controle Ambiental da empresa, o Plano de Proteção do Lago Descoberto prevê várias etapas, todas elas com início previsto para meados deste ano. Inicialmente, os técnicos da Caesb estudaram o potencial de erosão da área, o tipo de declividade e a utilização incompatível com o meio físico, já que determinadas formas de agricultura e invasões contribuem significativamente para as erosões, que são extremamente prejudiciais à barragem.

A partir
criados
pas



O lago do rio descoberto, cuja preservação preocupa a Caesb

berto, já que, ao mesmo tempo em que as erosões diminuem o volume de água, o excesso de agrotóxicos a contaminam.

Objetivando acabar de vez com essas dificuldades, a Companhia de Água e Esgotos de Brasília, através de sua diretoria de Controle Ambiental, já viabilizou o Plano de Recuperação do Lago Descoberto, cuja dependência está na liberação de US\$ 100 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Desse total, US\$ 4 milhões seriam usados para proteção ambiental do Descoberto. De modo prático, dessa verba seriam comprados viaturas e barcos para fiscalização externa e interna da área da barragem e equipamentos de laboratórios para controle da água. Além disso, a Caesb iria desapropriar terras que ainda não lhe pertence e arborizaria uma área de 125 metros ao longo do rio.

Atipicidades

A proposta do Plano de Recuperação do Lago Paranoá começou a ser elaborada a partir da situação atípica do Distrito Federal, cujos mananciais são reduzidos e, hoje, têm de atender a uma população crescente e desordenada. Levando em consideração a dificuldade de se obter novas fontes, a Caesb busca fundamentalmente preservar os recursos disponíveis, sob pena de, até o final do século, não conseguir produzir água suficiente para atender à demanda. Como informou o responsável pela diretoria de Controle Ambiental, "é preciso que as comunidades do DF se convençam da obrigatoriedade de manter em condições os mananciais existentes".

No caso específico do Rio Descoberto, cujo volume de água é de 120 milhões de metros cúbicos, com um volume produzido de 5 metros

bacia do Rio Descoberto, disciplinando as atividades humanas; e medidas jurídicas e mecanismos institucionais capazes de sustentar a ação de entidades envolvidas na meta anterior.

Distante cerca de 45 quilômetros do Plano Piloto, com 17 quilômetros quadrados de superfície e área total de 444 quilômetros quadrados, contando, ainda, com uma profundidade de 7 metros, o Rio Descoberto está localizado com 84 por cento de sua área no Distrito Federal. Os 16 por cento restantes estão no Estado de Goiás, o que também gera dificuldades no sentido do absoluto controle dos problemas encontrados a partir da má utilização de sua bacia.

Embora o Plano de Recuperação tenha início previsto para meados deste ano, algumas medidas já começaram a ser colocadas em prática. As mais significativas — todas de cunho social e visando apenas ao perfeito atendimento da população — foram estabelecidas por decretos e hoje são executadas e fiscalizadas pelos técnicos da Caesb. O Decreto 68.612, assinado em 1971, por exemplo, declara de utilidade pública, para fins de desapropriação da área inundada, e proíbe o exercício de atividades poluidoras na área da bacia; o 74.127, de 1974, declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas que margeiam o rio, no lado goiano; e finalmente o 3.354, de 1976, que declara de utilidade, para fins de desapropriação, 84 parcelas do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão (In-cra) que margeiam o Descoberto e áreas ocupadas por matadouros localizados na bacia.

Através de outro Decreto — 88.940, de 1983 —, a Companhia de Água e Esgotos de Brasília, junta-

da Sema, criou um órgão